



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA
CAMPUS PORTO GRANDE

ELAINE DE PAULA VILHENA DOS SANTOS

**PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS NA PRÁTICA ETNOVETERINÁRIA EM
CÃES E GATOS NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI, PORTO GRANDE,
ESTADO DO AMAPÁ**

PORTO GRANDE-AP

2025

ELAINE DE PAULA VILHENA DOS SANTOS

**PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS NA PRÁTICA ETNOVETERINÁRIA EM
CÃES E GATOS NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI, PORTO GRANDE,
ESTADO DO AMAPÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
coordenação do curso de Medicina Veterinária
como requisito avaliativo para obtenção do
título de Médica Veterinária.

Orientadora: Profa. Clara Andrielem Baia
Batista

Coorientador: Prof. D.Sc. Diego Pagung
Ambrosini

PORTO GRANDE-AP

2025

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237p Santos, Elaine de Paula Vilhena dos
Plantas medicinais utilizadas na prática etnoveterinária em cães e gatos na Colônia Agrícola do Matapi, Porto Grande, estado do Amapá / Elaine de Paula Vilhena dos Santos - Porto Grande, 2025.
54 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Porto Grande, Bacharelado em Medicina Veterinária, 2025.

Orientadora: Profa. Clara Andrielem Baia Batista. Coorientadora: D.Sc. Diego Pagung Ambrosini.

1. Fitoterapia. 2. Animais de companhia. 3. Amazônia. I. Batista, Profa. Clara Andrielem Baia, orient. II. Ambrosini, D.Sc. Diego Pagung, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELAINE DE PAULA VILHENA DOS SANTOS

**PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS NA PRÁTICA ETNOVETERINÁRIA EM
CÃES E GATOS NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI, PORTO GRANDE,
ESTADO DO AMAPÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a coordenação do curso de Medicina Veterinária como requisito avaliativo para obtenção do título de Médica Veterinária.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Clara Andrielem Baia Batista (Orientadora)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Prof. M.Sc. Luis Fernando Queiroz Farias

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Prof. Dr. Paulo César Magalhães Matos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Apresentado em: 18/12/25.

Conceito/Nota: APROVADA/9,8

Dedico este trabalho à Amazônia, sua gente e seus saberes tradicionais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus pela criação, e aos seres espirituais que me acompanharam até aqui, auxiliando no meu aprendizado e amadurecimento em corpo e em espírito.

À minha filha Laura, minha maior motivação de todos os dias. Por me ensinar sobre paciência, organização, dedicação, e sobre o amor na sua forma mais sincera, dentre tantas outras coisas. Sou grata pelos desafios diários em conciliar o materno com os estudos, que me fazem acreditar mais em mim mesma a cada dificuldade superada e me tornam uma pessoa melhor.

Ao meu coorientador, Prof. D.Sc. Diego Pagung Ambrosini, marido, melhor amigo e parceiro de vida. Agradeço imensamente por todo o apoio técnico e científico, mas principalmente, por seu carinho, cuidado, paciência e respeito durante todo este processo. Por ser meu porto seguro, me incentivar e acreditar no meu potencial como mãe, mulher e profissional, contribuindo significativamente em minha trajetória acadêmica.

Aos meus familiares, por me incentivarem nos estudos, por acreditarem em mim, por me ensinarem sobre força de vontade, coragem e fé, e por serem meu exemplo de calma, empatia e amor ao próximo.

Ao Veludo, meu pequeno companheiro felino, por me acompanhar durante todo esse processo de aprendizado, por me acalmar com seu ronronar nas longas noites de estudo.

À minha orientadora, Profa. Clara Andrielem Baia Batista, por me incentivar em momentos de dúvidas e inseguranças, por me orientar neste processo e por demonstrar tanto entusiasmo e respeito quanto eu pela temática desta pesquisa.

À Colônia Agrícola do Matapi, pela acolhida generosa e por compartilharem seus conhecimentos tradicionais, sem os quais este trabalho não seria possível.

Aos membros da banca qualificatória, Prof. M.Sc. Luis Fernando Queiroz Farias, Prof. Dr. Paulo César Magalhães Matos, Profa. Liandra Carolina Marques Pereira, agradeço imensamente pelos comentários e valiosas sugestões que contribuíram de forma significativa para construção e qualidade deste trabalho e de trabalhos futuros.

Aos meus professores, por todo o conhecimento que me foi passado durante este período acadêmico, pelos ensinamentos teórico, prático, e principalmente, por me ensinarem sobre ética e valores relacionados a profissão.

A todos os amigos e colegas de turma que em algum momento me ajudaram, direta ou indiretamente, com palavras de incentivo ou atos de empatia e companheirismo.

RESUMO

A prática etnoveterinária com plantas medicinais constitui um saber tradicional de grande relevância cultural e potencial terapêutico em comunidades rurais da Amazônia. Objetivou-se investigar a existência e extensão do uso terapêutico de plantas medicinais em cães e gatos na Colônia Agrícola do Matapi, no Amapá. A metodologia consistiu na aplicação de 24 questionários a responsáveis por cães e gatos. A tabulação de dados foi feita através de estatística descritiva. Os resultados demonstram que 37,5% dos entrevistados fizeram uso da prática etnoveterinária, totalizando 16 eventos de tratamento reportados majoritariamente para cães. O conhecimento é transmitido pela via oral e familiar. Foram citadas 9 espécies vegetais, com Copaíba e Andiroba apresentando alto consenso de uso. As principais afecções tratadas foram dermatopatias e endoparasitoses, O uso da fitoterapia popular concentra-se em animais adultos (3-7 anos). Conclui-se que o saber etnoveterinário é ativo na comunidade, requerendo estudos de validação farmacológica e relacionados a toxicidade, além de ações de extensão voltadas a educação em saúde veterinária.

Palavras-chave: saberes tradicionais; etnobotânica; amazônia; animais de companhia; fitoterapia.

ABSTRACT

Ethnoveterinary practice with medicinal plants constitutes traditional knowledge of great cultural relevance and therapeutic potential in rural communities of the Amazon. The objective was to investigate the existence and extent of the therapeutic use of medicinal plants in dogs and cats in the Matapi Agricultural Colony, in Amapá. The methodology consisted of applying 24 questionnaires to those responsible for dogs and cats. Data tabulation was done through descriptive statistics. The results show that 37.5% of respondents made use of ethnoveterinary practice, totaling 16 treatment events reported mainly for dogs. The knowledge is transmitted orally and within families. Nine plant species were cited, with Copaiba and Andiroba showing high consensus of use. The main conditions treated were dermatopathies and endoparasitoses. The use of popular phytotherapy is concentrated in adult animals (3-7 years). It is concluded that ethnoveterinary knowledge is active in the community, requiring pharmacological validation studies and toxicity-related studies, as well as outreach activities focused on veterinary health education.

Keywords: traditional knowledge; ethnobotany; amazon; companion animals; phytotherapy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da área de estudo. (A) Município de Porto Grande, Amapá; (B) Colônia Agrícola do Matapi, Porto Grande, Amapá.	22
Figura 2 – Faixa etária dos participantes com relação ao uso ou não de plantas medicinais em animais.	26
Figura 3 – Nível de escolaridade dos informantes com relação ao uso ou não de plantas medicinais em animais.	26
Figura 4 – Origem do conhecimento popular relatado pelos participantes.	28
Figura 5 – Procedência das plantas citadas pelos informantes como medicinais.	28
Figura 6 – Principais usos terapêuticos relatados pelos informantes.	30
Figura 7 – Distribuição de tratamentos por idade atual.	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de gênero e ocupação dos entrevistados em relação ao uso de plantas medicinais em animais.....	25
Tabela 2 – Plantas citadas como medicinais no tratamento de afecções em animais de companhia de acordo com relato local na Colônia Agrícola do Matapi, Porto Grande, AP, 2025.	32

LISTA DE SIGLAS

CEME	Central de Medicamentos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPPM	Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais
SAS	Statistical Analysis System
SRD	Sem Raça Definida
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1	Histórico	15
2.2	Fitoterapia e etnoveterinária	15
2.3	Etnoveterinária na Amazônia	16
2.4	Plantas medicinais na medicina veterinária	17
2.5	Plantas potenciais de uso terapêutico na Amazônia	19
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1	Aspectos éticos	21
3.2	Delineamento do Estudo	21
3.3	Caracterização da área	21
3.4	Participantes da Pesquisa	22
3.5	Critérios de Inclusão e Exclusão	22
3.6	Coleta de dados	23
3.7	Tabulação de dados	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
4.1	Perfil sociodemográfico e adesão à prática	25
4.2	Conhecimento e determinação do uso etnoveterinário	27
4.3	Caracterização dos animais, afecções e sustentação do saber etnoveterinário	29
4.3.1	Endoparasitoses	33
4.3.2	Dermatopatias	35
4.3.3	Acidente ofídico	36
4.4	Limitações, percepção da doença e implicações sanitárias	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
6	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	48
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	50
	ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO	52

1 INTRODUÇÃO

O uso de plantas com propriedades medicinais constitui uma das mais antigas práticas terapêuticas da humanidade, empregadas historicamente no tratamento, prevenção e cura de enfermidades. A persistência dessas práticas ao longo do tempo evidencia a busca contínua por alternativas naturais que promovam a melhoria da qualidade de vida (Braga; Silva, 2021).

A proximidade das populações de comunidades rurais com o meio ambiente, concomitante com o estreitamento da relação entre os animais domésticos evidenciou dificuldades relacionadas à obtenção de medicamentos e cuidados veterinários básicos, as quais foram e ainda são um dos principais motivos que levam a população a recorrer à utilização de plantas medicinais como tratamento de diversas doenças (Gonçalves *et al.*, 2025).

A fitoterapia é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma prática benéfica e complementar à medicina convencional, contribuindo para uma relação de maior equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente (Who, 2019). Além disso, apresenta uma relação de custo benefício favorável, seja por meio de fitoterápicos manipulados, seja pela facilidade de obtenção de boa parte das plantas medicinais, amplamente disponíveis para os adeptos da fitoterapia popular (Rocha *et al.*, 2021).

A segurança e eficácia no uso de plantas medicinais estão diretamente relacionadas à correta identificação da espécie, parte utilizada, modo de preparo, forma de uso e dosagem, combinando saberes populares com evidências científicas (Colet *et al.*, 2015). Entretanto, o uso inadequado, seja de forma isolada, crônica ou em associação com outros medicamentos ou fitoterápicos, pode causar efeitos adversos (Machado *et al.*, 2014; Enioutina *et al.*, 2017). Portanto, é essencial que estudos sobre os riscos e benefícios dessas práticas sejam realizados para contribuir com evidências que promovam educação e saúde (Brasil, 2016), além de incentivar o desenvolvimento sustentável e produção de novos medicamentos na indústria farmacêutica (Pedroso *et al.*, 2021).

A região amazônica possui uma vasta variedade de plantas ricas em compostos bioativos de importância medicinal (Souza; Lima, 2019). Além dessa riqueza natural, os povos tradicionais são detentores de saberes profundamente enraizados sobre a medicina popular e plantas medicinais. A transmissão desse conhecimento nas comunidades amazônicas ocorre, em grande parte, por meio da oralidade e da convivência cotidiana entre gerações (Carvalho, 2019).

Diante desse cenário, este trabalho teve como objetivo realizar um levantamento das espécies vegetais utilizadas na prática etnoveterinária em cães e gatos na Colônia Agrícola do Matapi, em Porto Grande-AP. Buscou-se identificar os propósitos terapêuticos atribuídos às plantas pela comunidade local e realizar um comparativo entre o saber tradicional e os efeitos medicinais descritos na literatura científica, visando consolidar informações que possam contribuir para o avanço da fitoterapia veterinária.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Histórico

O início do uso de práticas fitoterápicas não possui uma data exata, porém existem evidências em pinturas rupestres dos primeiros povos indígenas datadas há 12.000 anos, que comprovam a origem antiga do uso de plantas medicinais (Silva, 2003). De acordo com Berwick (1996), também há relatos de que ervas aromáticas eram utilizadas na medicina durante o período neolítico, além do uso de ervas e flores em enterros na mesma época. Tais inferências não se baseiam em fontes escritas, mas em evidências arqueobotânicas, como a análise de pólen e macrovestígios recuperados em sepultamentos.

A utilização de fitoterápicos com finalidade profilática, curativa, paliativa ou como método de diagnóstico foi oficialmente reconhecida pela Organização Mundial da Saúde no ano de 1978, marco que deu início às recomendações globais para a integração desses saberes nos sistemas de saúde (Melo *et al.*, 2020).

No contexto brasileiro, as práticas fitoterápicas estão historicamente vinculadas às culturas ancestrais e à medicina popular, constituindo-se como parte integrante do patrimônio cultural disseminado em diversas regiões do país (Ribeiro, 2019).

A política relacionada ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil teve início em 1981, com a regulamentação da Portaria nº 212, de 11 de setembro, do Ministério da Saúde, a qual estabelece diretrizes para a realização de pesquisas com plantas medicinais no âmbito da prática clínica.

Desta forma, no ano de 1982 foi instituído o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais (PPPM) da Central de Medicamentos (CEME) pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de práticas terapêuticas alternativas e complementares. A iniciativa buscava validar cientificamente o potencial farmacológico de preparações populares formuladas a partir de plantas medicinais, promovendo, assim, a integração entre o conhecimento tradicional e a pesquisa científica aplicada (Brasil, 2011).

2.2 Fitoterapia e etnoveterinária

A etnoveterinária se define como o uso de conhecimentos e práticas populares em prol da saúde e bem-estar dos animais (Batista *et al.*, 2017). O termo foi utilizado pela primeira vez por McCorkle (1986) designando como “pesquisa sistemática e desenvolvimento que toma

como tema principal o conhecimento popular, práticas, tecnologia e recursos, organização social e assim por diante referentes a qualquer aspecto(s) da saúde animal entre espécies criadas ou geridos por seres humanos”. De acordo com Silva *et al.* (2020) essa prática é baseada em diversas técnicas fundamentadas a partir de crenças, experiências empíricas e habilidades transmitidas por gerações. Normalmente é empregada por meio de plantas medicinais, produtos de origem animal e produtos de origem mineral (Monteiro *et al.*, 2012; Teixeira *et al.*, 2015).

Derivada do grego *Phytos therapeia*, que significa “cura pelas plantas”, a fitoterapia, um dos ramos da etnoveterinária, tem como princípio a cura de afecções ao organismo através de determinadas espécies vegetais (Barbosa, 2011). Seus princípios ativos terapêuticos são exclusivamente provenientes de plantas ou de seus derivados, como raízes, folhas, frutos, sementes, extratos oleosos e cascas, não sendo permitido que substâncias ativas isoladas sejam incluídas em sua composição (Brasil, 2001).

A Farmacopeia Brasileira, reconhecida como o Código Oficial Farmacêutico do país, é responsável por instituir os critérios e exigências de qualidade para os medicamentos em uso, sejam eles manipulados ou industrializados. Ela estabelece um conjunto de normas técnicas e monografias que padronizam substâncias farmacológicas, assegurando a segurança, eficácia e uniformidade dos produtos farmacêuticos (Brasil, 2011).

O Comitê Técnico Temático de Apoio às Políticas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, vinculado à Comissão da Farmacopeia Brasileira, foi criado para auxiliar na execução da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, instituída pelo Decreto nº 5.813/2006. Essa política estabelece diretrizes para garantir o acesso seguro e o uso racional desses recursos terapêuticos no país, conforme a legislação vigente (Brasil, 2006).

Neste código são contempladas diversas espécies vegetais com respaldo científico quanto ao seu potencial terapêutico, muitas das quais são indicadas para uso no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, os fitoterápicos utilizados na medicina humana podem, de forma criteriosa e respaldada por evidências, ser adaptados e aplicados à medicina veterinária, ampliando as alternativas terapêuticas disponíveis para o cuidado animal (Sousa *et al.*, 2021).

2.3 Etnoveterinária na Amazônia

No Brasil, a Amazônia corresponde a 58,9% do território nacional (Fernandes *et al.*, 2025) onde é chamada de Amazônia Legal, compreendendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (Penna-Filho,

2013). O bioma amazônico é constituído por uma das maiores florestas tropicais do mundo, caracterizada por possuir um rico depósito de espécies vegetais com grande potencial para aplicabilidade terapêutica. A riqueza da flora amazônica favorece o interesse e a realização de estudos com intuito de validar a medicina popular ou reformulá-la de acordo com resultados cientificamente comprovados sobre essas espécies alvo (Conceição *et al.*, 2023).

De acordo com Schons *et al.* (2020), o uso de plantas com caráter medicinal na Amazônia é regido por forte influência cultural de diferentes origens. Os mesmos autores afirmam que a medicina popular é caracterizada pela construção de tradições quanto ao seu modo de uso, sendo fundamentada em saberes adquiridos de diversos povos. Para Monteiro *et al.* (2012) essa prática está ligada principalmente às influências culturais africanas, europeias e indígenas, sendo a última a mais prevalente na região norte do país.

Na Amazônia, a atuação de curandeiros e benzedoras é uma prática enraizada em comunidades mais tradicionais, sendo estes quem desempenham o papel central na transmissão de saberes ancestrais, seja pela adoção de rituais específicos, uso de plantas medicinais e produtos de outras origens usados com o intuito de cura e promoção de saúde e bem-estar, além da relação com crenças e mitos locais (Santos, 2000; Alves, 2021; Silva, 2022).

Apesar da riqueza da flora e biodiversidade da região, além de forte predominância do conhecimento ancestral local, ainda se percebe a escassez de estudos que validem as práticas fitoterápicas voltadas à medicina veterinária e seus potenciais para a produção de novos medicamentos (Monteiro *et al.*, 2011; Embrapa, 2012; Lameira, 2018; Batista, 2024).

2.4 Plantas medicinais na medicina veterinária

Plantas medicinais são aquelas capazes de exercer ação terapêutica quando aplicadas a seres humanos ou animais, contribuindo para a restauração das funções fisiológicas comprometidas, o fortalecimento do sistema imunológico, a desintoxicação do organismo e o estímulo ao processo de regeneração e equilíbrio do corpo (Nóbrega *et al.*, 2017).

Esse agente responsável pela ação terapêutica é denominado princípio ativo, podendo ser constituído por uma única substância presente na planta ou por um agregado de compostos que atuam de forma conjunta, formando o chamado complexo fitoterápico (Firmo *et al.*, 2012; Haraguchi; Carvalho, 2010). No entanto, para que uma planta seja realmente considerada medicinal, é imprescindível que seu princípio ativo seja devidamente identificado e submetido à avaliação farmacológica (Lorenzi *et al.*, 2002). Além disso, é fundamental que seja

identificada qual parte da planta foi utilizada, uma vez que o princípio ativo pode estar concentrado apenas em estruturas específicas e não na planta como um todo (Brasil, 2016).

A diversidade de espécies vegetais com propriedades medicinais constitui uma importante fonte de compostos bioativos, os quais podem ser empregados na formulação de medicamentos, produtos de higiene e cosméticos (Ferreira *et al.*, 2014; Hashemi *et al.*, 2017).

Em estudos realizados pelos autores Bolzan *et al.* (2020) as espécies vegetais *Anacardium occidentale* (Cajueiro), *Harpagophytum procumbens* (Garra do Diabo), *Momordica charantia* (Melão de São Caetano), *Psidium guajava* (Goiabeira), *Punica granatum* (Romã), *Stryphnodendron adstringens* (Barbatimão) e *Uncaria tomentosa* (Unha de Gato), foram analisadas como métodos adjuvantes para tratamento e profilaxia de afecções da cavidade oral em cães, através de extração dos compostos ativos das plantas utilizando etanol como solvente. Os resultados indicaram que o teor de fenólicos totais presentes nos extratos está diretamente relacionado à atividade antimicrobiana, destacando sua relevância como agentes fitoterápicos com potencial aplicação clínica.

Já em um estudo realizado por Sousa *et al.* (2021), foi realizada uma revisão sobre o uso de óleos essenciais no tratamento de infecção fúngica causada por *Malassezia* spp.. O estudo destacou a importante atividade antifúngica e anti-inflamatória presente em óleos essenciais de plantas como *Cinnamomum verum* J. Presl (Canela), *Schinus terebinthifolius* Raddi (Aroeira), *Rosmarinus officinalis* (Alecrim), e *Cymbopogon citratus* (Capim limão), apontando como alternativas terapêuticas promissoras para esta enfermidade. Os autores também ressaltam a necessidade de pesquisas adicionais que validem a eficácia, segurança e padronização dos compostos para uso clínico em animais.

Em uma pesquisa realizada na comunidade rural de Colares, no estado do Pará, os autores Ritter *et al.* (2012) com intuito de avaliar o conhecimento etnoveterinário dos habitantes locais, obteve os seguintes resultados: as espécies de plantas de maior relevância terapêutica, segundo os conhecimentos locais, foram: *Caladium cf. bicolor* (Aiton) Vent. (taja) como tratamento de miíase em cães; *Bixa orellana* L. (urucum) como tratamento de varíola aviária em galinhas e alopecia em cães; *Carapa guianensis* Aubl. (andiroba) como anti-inflamatório e para cicatrização de feridas, sarna, tosse e infestação por carrapatos em cães, coriza e varíola aviária em galinhas; *Jatropha curcas* L.(pião-branco) para cicatrização de feridas e anti-helmíntico em cães e gatos, e como tratamento de cólica, diarreia e tosse em cães; *Cymbopogon citratus* (DC.) Stapf (capim-marinho) como anti-helmíntico e tratamento de cólica em cães, e diarreia em cães e gatos.

Em outro estudo realizado por Nascimento *et al.* (2021) onde se buscou obter informações sobre o uso de plantas medicinais na medicina veterinária através de questionários aplicados de forma online em grupos de plantas medicinais presentes em redes sociais, foi verificado que dentre os 128 entrevistados, pelo menos metade já fez uso de fitoterápicos em seus pets ou conhecem o método. As principais plantas citadas, em ordem decrescente, foram: *Chamomilla recutita* (camomila), *Camellia sinensis* (chá-verde), *Aloe vera* (babosa), *Cymbopogon citratus* (capim-santo) e *Napeta cataria* (erva-de-gato). As folhas foram mencionadas como a principal parte da planta utilizada nos tratamentos. Entre as principais finalidades terapêuticas citadas pelos entrevistados, destacam-se casos de ansiedade, distúrbios hepáticos e gástricos, inchaço abdominal e obesidade. A escolha pelo uso dessas plantas deve-se, sobretudo, à percepção de eficácia e à acessibilidade financeira do tratamento.

2.5 Plantas potenciais de uso terapêutico na Amazônia

Diversas espécies vegetais são tradicionalmente associadas a propriedades terapêuticas em contextos rurais amazônicos (Silva, 2019). À exemplo, a *Ananas comosus* (abacaxizeiro), possui um complexo enzimático em sua composição chamado bromelina, que possui grandes efeitos farmacológicos (Varilla *et al.*, 2021). De acordo com Kansakar (2024), a bromelina possui efeitos anti-inflamatórios, antioxidantes e imunomoduladores. Os autores Varilla *et al.* (2021) também destacam seus efeitos fibrinolíticos, digestivos, cicatrizante, anti-edematoso.

A *Carapa guianensis* (andiroba), comumente utilizada na forma de óleo obtido das sementes, tem forte predominância de uso na região amazônica principalmente por sua ação imunomoduladora, promovendo redução da inflamação e aceleração da cicatrização de feridas (Fonseca *et al.*, 2024) através, principalmente, da grande quantidade de ácidos oleicos na composição do óleo extraído, do grupo dos ácidos graxos que auxiliam na cicatrização conforme identificado pela autora Batista (2024).

A *Eryngium foetidum* L. (chicória), uma hortaliça da Amazônia, possui uma composição rica em inulina, uma fibra de função prebiótica que atua na absorção de minerais essenciais pela promoção de saúde do intestino (Silva; Orlandelli, 2019). É utilizada na medicina popular para tratar doenças do trato digestivo e ginecológico (Rosero-Gómez *et al.*, 2020), além de ser usada como diurético, antipirético e antídoto (Silva *et al.*, 2017).

A *Copaifera* spp. (copaíba), a árvore de onde se extrai uma oleorresina rica em compostos bioativos como β -caiofileno, ácido copálico e ácido carenóico, possui uso comprovado em diversas condições de saúde, com ênfase em dermatopatias, atuando como

cicatrizante, antifúngico, antibacteriano e anti-inflamatório. (Oliveira *et al.*, 2019). Além disso, possui propriedades diuréticas, laxante e inibidora de tumores, sendo citada para fins de uso via oral e tópica, com benefícios terapêuticos variando de acordo com a espécie utilizada (Rodrigues; Souza, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Aspectos éticos

O presente estudo foi registrado na Plataforma Brasil e submetido à análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 e pela Resolução nº 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

No dia 6 de outubro de 2025, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amapá manifestou-se por APROVAR a pesquisa, sob o número de parecer: 7.884.518 (ANEXO A).

A participação dos envolvidos na pesquisa foi formalizada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), conforme previsto nas normativas vigentes.

3.2 Delineamento do Estudo

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo comparativo, onde foi realizada aplicação de questionários à população alvo.

3.3 Caracterização da área

A pesquisa foi realizada na Colônia Agrícola do Matapi, região rural localizada no município de Porto Grande, no estado do Amapá, AP, Brasil (Figura 1).

Segundo o Plano Diretor de Porto Grande (2013) o município se localiza às margens do rio Araguari, na mesorregião sul do Amapá, sendo o clima local caracterizado como equatorial úmido, com pequeno período seco e temperatura média sempre superior a 18°C. O documento também evidencia que a região pertence ao bioma Amazônia, possuindo como vegetação predominante as florestas de várzea e as florestas de terra firme, sendo também possível encontrar campos, cerrados, mangues e manguezais em menores extensões de terra.

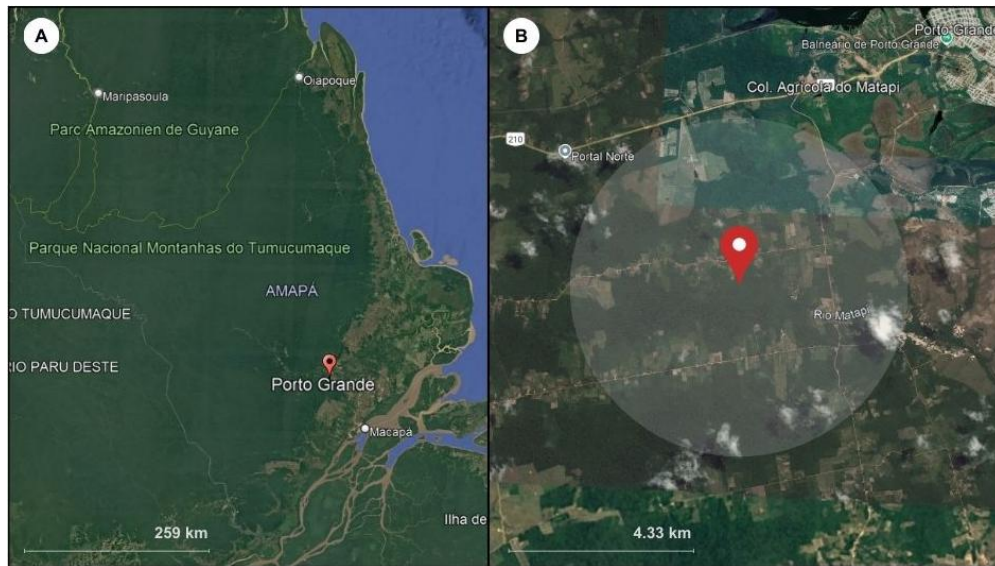


Figura 1 – Localização da área de estudo. (A) Município de Porto Grande, Amapá; (B) Colônia Agrícola do Matapi, Porto Grande, Amapá.

Fonte: Adaptado de Google Earth.

De acordo com o Censo demográfico realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Porto Grande (AP) possui uma população total de 17.848 habitantes, dos quais 5.767 (32,31%) residem em áreas rurais. O Plano Diretor de Porto Grande (2013) e o Plano Municipal de Educação de Porto Grande (2015) destacam que a Colônia Agrícola do Matapi tem sua organização baseada em linhas/parcelas, integrando-se pelo menos dez outras comunidades rurais adjacentes, além de quatro assentamentos nas proximidades. Sua localização fica cerca de 15-50 km de distância da sede municipal, sendo caracterizada pela predominância das atividades agropecuárias de base familiar como principal atividade econômica, com destaque para o crescimento gradual da pecuária nos últimos anos.

3.4 Participantes da Pesquisa

População residente na Colônia Agrícola do Matapi, Porto Grande (AP). Foram aplicados 24 questionários à moradores responsáveis por cães e/ou gatos da região. Todos os incluídos assinaram o TCLE.

3.5 Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram incluídos os indivíduos maiores de dezoito anos de idade que tinham ou que já tiveram em sua residência pelo menos um cão ou um gato, e que concordaram em participar da pesquisa com a assinatura do TCLE.

Foram excluídos os indivíduos menores de dezoito anos de idade, indivíduos que não são ou não foram responsáveis por cão ou gato em momento algum, ou que não aceitaram responder ao questionário.

3.6 Coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de pesquisa de campo, com aplicação de questionários impressos (APÊNDICE B) realizados em 3 etapas: 1) perfil do informante (responsável pelo animal); 2) dados sobre a planta; 3) dados sobre o animal. O questionário foi construído com base em trabalhos semelhantes como os de Tavares (2016) e Monteiro *et al.* (2011), com algumas modificações conforme as necessidades do presente levantamento.

As variáveis pesquisadas sobre o entrevistado incluem: sexo (homem ou mulher); idade; profissão; renda e grau de escolaridade (analfabeto, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto, ensino superior completo).

Sobre a planta, o questionário abordou aspectos como nível de conhecimento sobre as plantas medicinais e como esse conhecimento foi adquirido (familiar, conhecidos, internet, outros); se usa ou já utilizou plantas medicinais em seus animais, além de fatores que motivaram a usar ou não; espécie vegetal utilizada, modo de utilização, preparo e administração; procedência da planta; por quanto tempo utilizou; se houve associação ou não a algum fármaco.

Quanto aos animais, foram registrados: espécie (cão ou gato); sexo (macho ou fêmea); raça (com ou sem raça definida - SRD); e faixa etária (jovem: 1 a 2 anos; adulto: 3 a 7 anos; sênior: 8 anos ou mais). Adicionalmente, investigaram-se os sinais clínicos observados pelos responsáveis, a percepção quanto à eficácia do tratamento e a ocorrência de possíveis efeitos adversos.

3.7 Tabulação de dados

Os dados obtidos foram organizados com auxílio do *software* Microsoft Office Excel™, por meio da elaboração de uma planilha matriz contendo todas as variáveis investigadas relacionadas aos tutores, animais e espécies vegetais citadas. Em seguida, foi realizada uma análise estatística descritiva, utilizando fórmulas nativas do próprio programa para calcular frequências absolutas e frequências relativas (percentuais), possibilitando caracterizar a distribuição dos dados e identificar padrões de ocorrência entre as variáveis avaliadas.

Para verificar se a idade dos tutores influenciava a utilização de plantas medicinais em seus animais, realizou-se o Teste Exato de Fisher, devido à presença de frequências esperadas inferiores a 5 em mais de 20% das células da tabela de contingência, o que inviabiliza o teste Qui-Quadrado de Pearson.

A tabulação incluiu a apresentação das frequências através do número de ocorrências por categoria, seus respectivos percentuais e a organização visual através de construção de gráficos no próprio programa, a fim de facilitar a interpretação dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil sociodemográfico e adesão à prática

Foram abordadas um total de 43 pessoas residentes na Colônia Agrícola do Matapi, sendo que 55,81% (24/43) aceitaram responder ao questionário. Deste total, 37,5% (9/24) relataram já terem feito uso de plantas medicinais em seus animais de companhia, e 62,5% (15/24) relataram não fazer e/ou ter feito uso. Conforme demonstrado na tabela 1, dentre os que alegaram já terem feito uso, 88,89% (8/9) são homens, e 11,11% (1/9) mulheres. Quanto às profissões relatadas pelos adotantes da prática, 77,78% (7/9) declararam trabalho voltado à agricultura, 11,1% (1/9) declarou trabalhar como lavrador, e 11,1% (1/9) como caseiro.

Tabela 1 – Distribuição de gênero e ocupação dos entrevistados em relação ao uso de plantas medicinais em animais.

Característica	Categoria	N (Total)	% (Total)	N (Praticante)	% (Praticante)
Gênero	Homem	14	58,33	8	88,89
	Mulher	10	41,67	1	11,1
Profissão	Agricultor	15	62,5	7	77,78
	Dona de casa	5	20,83	0	0,00
	Lavrador	2	8,33	1	11,11
	Caseiro	1	4,17	1	11,11
	Aposentada	1	4,17	0	0,00

Fonte: Elaboração própria (2025).

A idade dos informantes variou entre 21 e 80 anos. Dentre os que relataram adoção de práticas voltadas à etnoveterinária, a faixa etária mais frequente foi entre 50-59 anos (Figura 2). Embora a literatura apresente variações nos intervalos de classe adotados, os dados convergem para um perfil de informantes com maior maturidade. Esse cenário corrobora com os achados de Tavares (2016), que apesar de utilizar um critério mais abrangente, também identificou a concentração do uso de fitoterápicos em indivíduos acima dos 30 anos. Já em comparação a Andrade *et al.* (2012), onde a idade prevalente foi entre 41 e 50 anos, observa-se que o público da presente pesquisa tende a ser ligeiramente mais idoso.

Contudo, a análise estatística revelou que não existe uma associação significativa entre as variáveis ($p = 0,4944$), indicando que a idade dos tutores não influencia diretamente a decisão de utilizar plantas medicinais em seus animais na população estudada (SAS Institute, 2024). Esse resultado sugere que o saber etnoveterinário na região está amplamente difundido, de modo que o hábito de medicar animais com plantas independe da geração do tutor. Assim, embora a maior parcela dos informantes pertença a faixas etárias mais avançadas, a prática

terapêutica é transversal às gerações, demonstrando uma transmissão de conhecimento eficiente ou uma cultura de uso comum a toda a comunidade.

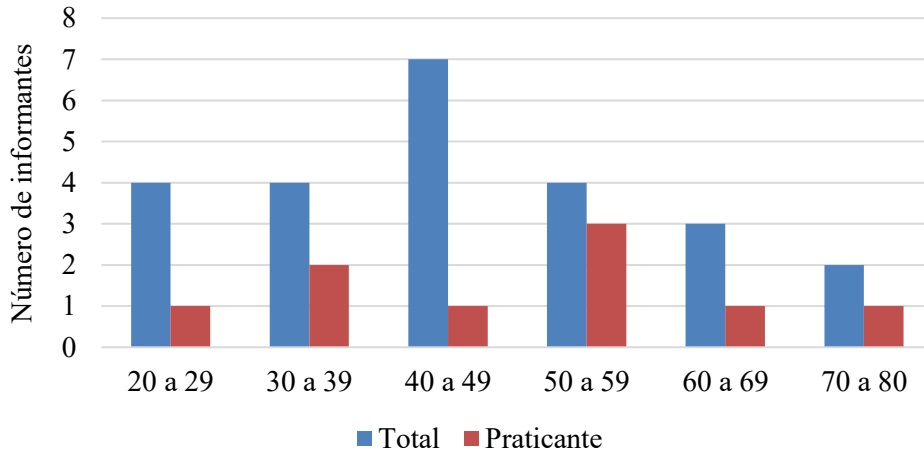


Figura 2 – Faixa etária dos participantes com relação ao uso ou não de plantas medicinais em animais.
Fonte: Elaboração própria (2025).

O nível de escolaridade predominante foi o Ensino Fundamental Completo (44,4%) (Figura 3). Isso sugere que o grau de escolaridade é um fator influente no uso de plantas medicinais, corroborando com achados em pesquisas etnobotânicas semelhantes como a de Silva *et al.* (2022), que apontam para a maior prevalência do saber tradicional em indivíduos com menor exposição à educação formal, onde a transmissão do conhecimento ocorre majoritariamente por oralidade.

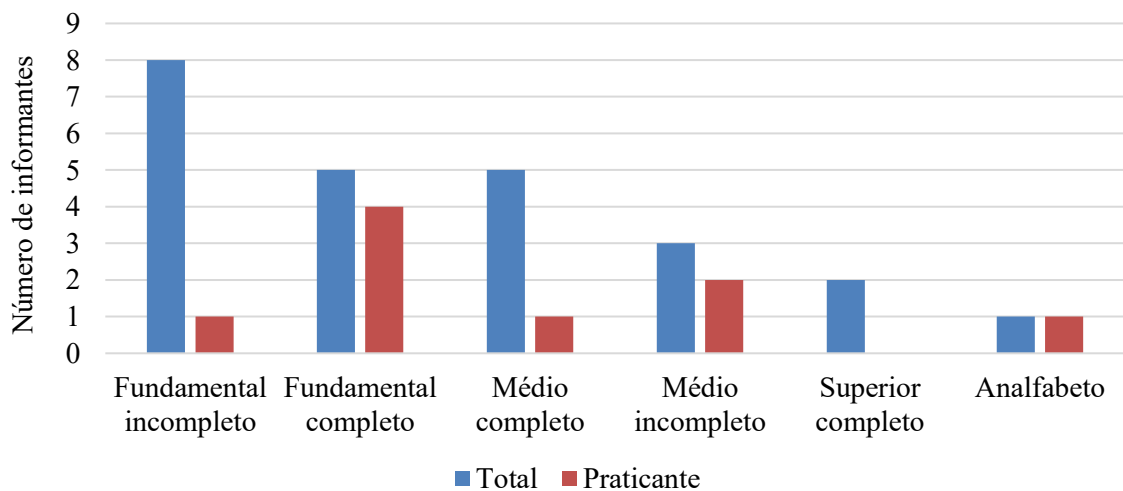


Figura 3 – Nível de escolaridade dos informantes com relação ao uso ou não de plantas medicinais em animais.
Fonte: Elaboração própria (2025).

A maioria dos participantes que alegaram uso da prática etnoveterinária são homens agricultores ou que exercem trabalho semelhante. Isso indica um perfil fortemente associado a atividades de contato com o ambiente natural, nas quais a identificação, o cultivo e o contato rotineiro com recursos vegetais são mais frequentes. O gênero (8 homens, 1 mulher) e a ocupação sugerem que, na Colônia Agrícola do Matapi, o detentor primário do saber etnoveterinário para animais de companhia, e o responsável por sua aplicação, está mais ligado ao papel masculino e à vivência direta com os recursos da mata e do plantio.

O perfil sociodemográfico traçado se relaciona diretamente com a origem do conhecimento popular e os fatores que determinam a escolha pela terapêutica vegetal, conforme detalhado a seguir.

4.2 Conhecimento e determinação do uso etnoveterinário

O domínio do conhecimento popular sobre plantas medicinais é quase universal na amostra estudada, visto que apenas 4% dos entrevistados (1/24) relatou não ter conhecimento sobre o uso dessas plantas. A vasta maioria, o equivalente a 79% (19/24), afirmou ter adquirido o conhecimento por meio de ensinamentos passados por familiares, enquanto 4% (1/24) alegou obtenção por meio de conhecidos, 4% (1/24) por meio de internet, 4% (1/24) através de conhecidos, e 9% (2/24) por meio de outras fontes (Figura 4). Isso reforça a natureza profundamente tradicional e oral do saber fitoterápico na região, onde a prática etnoveterinária não é uma escolha pontual, mas sim parte do acervo cultural e da medicina popular transmitida entre gerações. A transmissão oral e familiar dos saberes está diretamente ligada ao perfil sociodemográfico dos adotantes da prática, sendo praticada majoritariamente por agricultores com baixa escolaridade formal, sugerindo que a falta de acesso à informação veterinária formal gera maior confiança e valorização do conhecimento adquirido pela experiência, como discutido na seção 4.1.

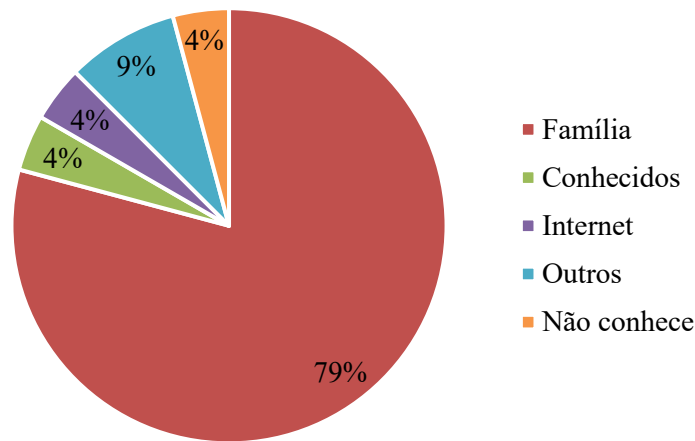


Figura 4 – Origem do conhecimento popular relatado pelos participantes.
Fonte: Elaboração própria (2025).

Os informantes que relataram utilizar plantas medicinais em animais citaram, de forma unânime, o fácil acesso como principal motivo para recorrerem a essa prática em vez de medicamentos alopáticos. Entre as justificativas apresentadas, destacaram-se expressões como “tinha em casa” e “é mais prático”, evidenciando a disponibilidade imediata e a conveniência como fatores determinantes na escolha terapêutica.

Essa determinação pelo uso está diretamente ligada à procedência das plantas. As espécies mencionadas, em sua maioria, provinham de produção própria, sendo parte do cultivo familiar nas próprias residências. Dos 13 tratamentos citados, 69% (9/13) eram colhidas em casa e 8% (1/13) nas proximidades da residência. Os 23% (3/24) restantes envolveram óleos extraídos, obtidos em feiras na capital, Macapá. (Figura 5).

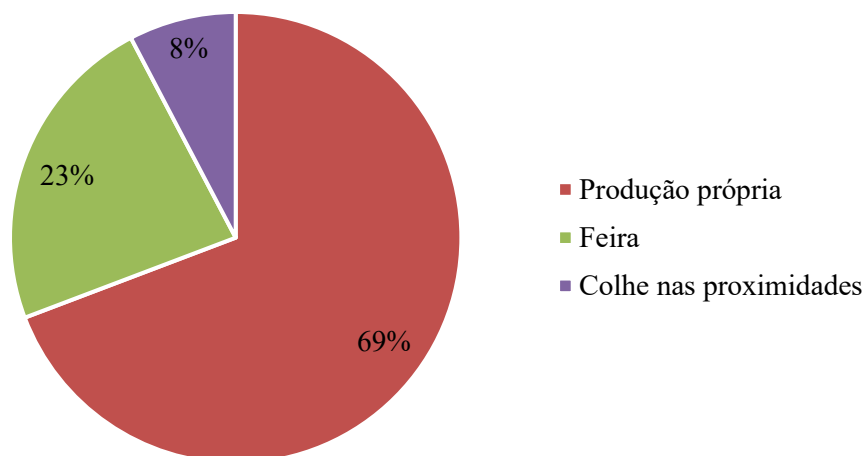


Figura 5 – Procedência das plantas citadas pelos informantes como medicinais.
Fonte: Elaboração própria (2025).

Apesar de alguns moradores locais mencionarem a existência de árvores de andirobeira (*Carapa guianensis*) e copaíba (*Copaifera spp.*) na região, apenas um dos três informantes relatou obtenção por produção própria. Esta baixa frequência de produção caseira, embora observada em uma pequena amostra, sugere uma correlação com a dificuldade inerente ao processo de extração do óleo-resina da copaíba (que requer perfuração controlada da árvore) (Yamaguchi; Garcia, 2012) e do óleo de andiroba (que demanda coleta de sementes maduras e cozimento/prensagem complexos) (Mendonça; Ferraz, 2007). Essa característica demonstra que o saber popular é adaptável, pois os moradores locais priorizam a busca pelo princípio ativo natural em comércio, mesmo que mais distante das residências, ao invés de recorrerem à medicina convencional. Essa preferência, mesmo exigindo a compra do produto manufaturado, evidencia a profunda valorização cultural dos fitoterápicos na região amazônica e sua resiliência diante de desafios logísticos (Gomes; Lima, 2017).

4.3 Caracterização dos animais, afecções e sustentação do saber etnoveterinário

Foram citados um total de 12 animais como alvo de tratamento pelos participantes, não havendo nenhuma citação a animais de espécie felina. Os animais, em sua totalidade, eram cães sem raça definida, machos, possuindo entre um e doze anos de idade. Os mesmos viviam livremente, possuindo acesso à mata e alguns deles envolvidos, como consequência, em atividades de caça a animais silvestres, além da exposição à possibilidade de ataque de predadores.

Foram citados um total de 16 tratamentos em que foram utilizadas as espécies vegetais mencionadas. Os principais usos terapêuticos relatados envolviam supostas endoparasitoses, correspondendo a 44% (7/16), seguidas por dermatopatias com 37% (6/16), acidentes ofídicos com 13% (2/16) e queixas relacionadas a tosse com 6% (1/16), conforme detalhado na Figura 6. No presente estudo, relatos de uso contra diarreia, distensão abdominal e como vermífugo foram agrupados na categoria “endoparasitoses”, uma vez que a totalidade dos informantes associou tais sinais clínicos à presença de “vermes”.

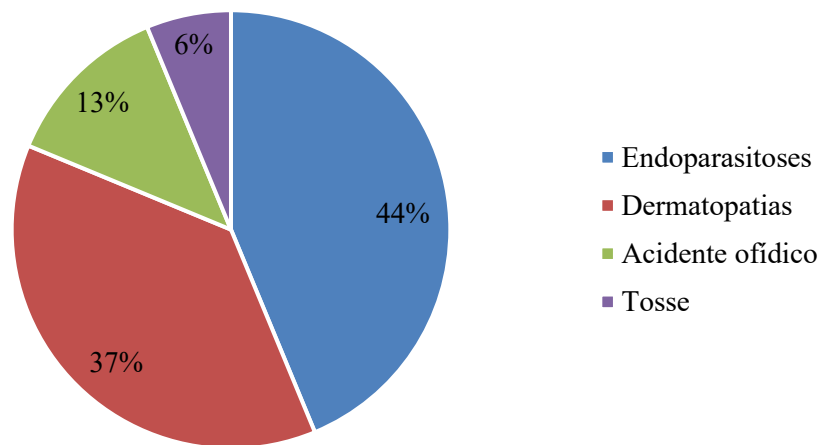


Figura 6 – Principais usos terapêuticos relatados pelos informantes.
Fonte: Elaboração própria (2025).

Observa-se que, do total de 16 eventos de tratamento etnoveterinário citados (Figura 7), a categoria Adulto (3-7 anos) concentra a maior frequência de tratamentos, totalizando 62,5% dos eventos (5 dermatopatia, 3 endoparasitose, 2 acidentes ofídico), seguida da categoria Sênior (8+ anos) com 25% dos eventos, Jovem (1-2 anos) com 6,25% dos eventos, e um relato (6,25%) onde não se sabia a idade do cão. É fundamental pontuar que a Figura 7 apresenta a idade atual dos animais, e não a idade em que os tutores iniciaram o tratamento. Dessa forma, não é possível afirmar, com certeza, o momento exato da intervenção, devido ao viés de memória dos informantes. Contudo, o dado de maior concentração de uso no adulto reforça que os tutores priorizam a intervenção nos casos agudos e visíveis que acometem animais em sua fase mais ativa.

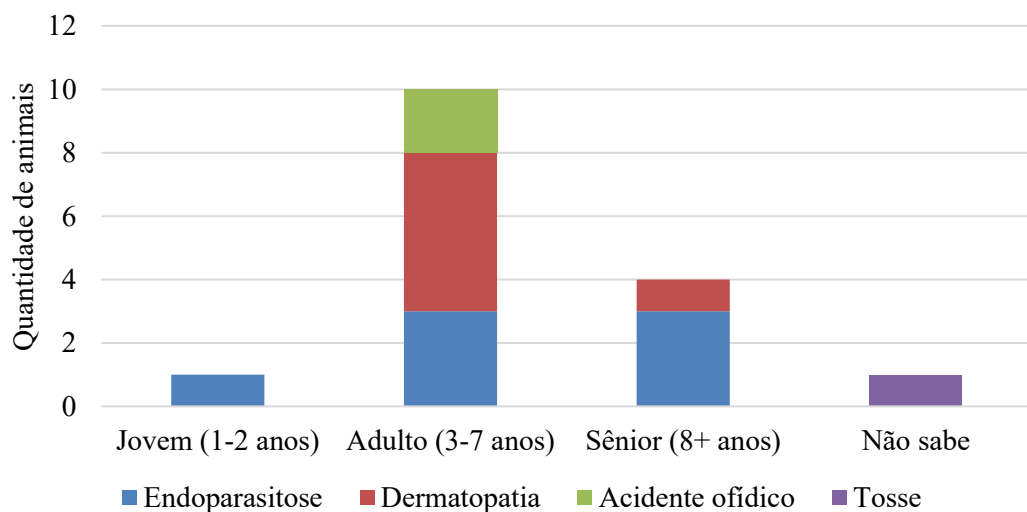


Figura 7 – Distribuição de tratamentos por idade atual.
Fonte: Elaboração própria (2025).

Do total de tratamentos citados nos animais, apenas em um dos casos foi relatado não haver melhora aparente observada pelo responsável, sendo este o caso em que foi utilizado copaíba de forma oral para tratamento de tosse. Não foram relatados efeitos adversos nos animais tratados pelos informantes em nenhuma das abordagens citadas. Todos os participantes afirmaram que adotariam novamente a mesma terapêutica caso fosse necessário.

Foram citadas no total, 9 espécies vegetais pelos participantes, sendo algumas delas citadas mais de uma vez por informantes diferentes, ou pelo mesmo informante para animais diferentes. Também houveram citações de uso em associação de duas diferentes plantas (Tabela 2).

Tabela 2 – Plantas citadas como medicinais no tratamento de afecções em animais de companhia de acordo com relato local na Colônia Agrícola do Matapi, Porto Grande, AP, 2025.

Nome científico	Nome popular	Parte utilizada e preparo	Administração	Espécie animal	Uso terapêutico	Tratamentos citados	% (n/N)	Associação com outra planta
<i>Ananas comosus</i>	Abacaxizeiro	Folha batida em forma de suco	Uso oral – 1x, repetir após 15 dias	Cão	Endoparasitose / vermífugo / distensão abdominal / diarreia	4	22,22% (2/9)	Chicória *
<i>Carapa guianensis</i>	Andiroba	Óleo extraído das sementes do fruto	Uso tópico no local afetado	Cão	Lesões de pele / cicatrizante / repelente	3	33,33% (3/9)	Copaíba **
<i>Annona</i> spp.	Ariticum / graviola-do-mato	Folha macerada	Uso oral – 1x dia por cerca de 15 dias	Cão	Acidentes ofídicos	2	22,22% (2/9)	Feijão branco *
<i>Eryngium foetidum</i> L.	Chicória	Folha batida em forma de suco	Uso oral – todos os dias até melhorar	Cão	Endoparasitose / diarreia	1	11,11% (1/9)	Abacaxizeiro *
<i>Copaifera</i> spp.	Copaíba	Óleo/resina extraída do tronco da árvore	Uso tópico no local afetado / uso oral dose única	Cão	Lesões de pele / cicatrizante / repelente / tosse	5	55,56% (5/9)	Andiroba **
<i>Brassica oleracea</i> L.	Couve	Folha batida em forma de suco	Uso oral – todos os dias até melhorar	Cão	Endoparasitose	1	11,11% (1/9)	-
<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	Feijão branco	Folha macerada	Uso oral – 1x dia por cerca de 15 dias	Cão	Acidentes ofídicos	1	11,11% (1/9)	Ariticum / graviola-do-mato *
<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Mastruz	Folha batida em forma de suco	Uso oral – todos os dias até melhora	Cão	Endoparasitose	1	11,11% (1/9)	-
<i>Abelmoschus esculentus</i> L.	Quiabeiro	Mucilagem extraída do fruto, batido e cozido em forma de chá	Uso oral – 1x dia por 10 dias seguidos	Cão	Endoparasitose / vermífugo	1	11,11% (1/9)	-

Fonte: Elaboração própria (2025).

Nota: N = número total de informantes ($N = 9$); n = número de informantes que citaram a espécie. A porcentagem (%) refere-se à frequência relativa da citação.

*: Associação realizada em um único tratamento

** : Associação realizada em dois tratamentos

4.3.1 Endoparasitoses

O Abacaxizeiro (*Ananas comosus*) foi citado por 22,22% dos participantes como tratamento para um total de 4 animais, sendo relatado em 3 casos o uso como “vermífugo” e em 1 dos casos, onde houve associação com a Chicória, foi usada contra diarreia. A forma de uso foi a folha da planta batida em forma de suco e ingerida via oral. Apesar de serem citadas contra endoparasitoses, não se tem clareza sobre o diagnóstico definitivo em que foi utilizada. O uso para "vermífugo" reflete a ausência de diagnóstico laboratorial na comunidade, sendo a observação de sinais clínicos (diarreia, distensão abdominal) a única base para a terapia.

Tais relatos populares, no entanto, encontram sustentação científica nos estudos de Ahmed *et al.* (2024), onde o extrato etanólico de *A. comosus* demonstrou efeito ovicida significativo contra ovos de trematódeos hepáticos em condições *in vitro*. Da mesma forma, Domingues *et al.* (2013) verificaram a atividade anti-helmíntica da bromelina (presente na planta) contra *Haemonchus contortus*, onde através de estudo *in vitro* e *in vivo* foi verificada inibição de eclosão de ovos e desenvolvimento larval. Quanto ao uso para afecções gastrointestinais observado na presente pesquisa, o estudo de Borrelli *et al.* (2011) sugeriu que a bromelina funciona como inibidor de motilidade intestinal em casos de inflamação intestinal em camundongos, o que poderia justificar a utilização tradicional da planta para o controle de diarreias.

O mastruz (*Chenopodium ambrosioides* L.) foi citado em um tratamento contra endoparasitose. A forma de preparo foi através da folha batida em forma de suco e ingerida via oral. A *C. ambrosioides* L. foi citada por Ríos *et al.* (2017) em estudo experimental com camundongos, onde apresentou atividades antimicrobianas e anti-inflamatórias sistêmicas associada a sepse. Sua capacidade antiparasitária e imunomoduladora foi descrita por Rodrigues *et al.* (2021) através do extrato hidroalcoólico em camundongos infectados por *Schistosoma mansoni* em diferentes fases, e por Zamilpa (2019) contra *Haemonchus contortus* através de maceração usando n-hexano.

A couve (*Brassica oleracea* L.) foi citada em tratamento contra endoparasitose, sendo a utilização relatada a folha da planta batida em forma de suco e ingerida via oral. Embora o uso popular local seja focado em endoparasitas, a literatura científica destaca outras propriedades farmacológicas que podem atenuar sinais clínicos gastrointestinais. Lemos *et al.* (2011) verificaram efeitos antiúlcera gástrica do extrato hidroalcoólico das folhas em diferentes modelos animais. De acordo com Ortega-Hernández *et al.* (2021), uma parte significativa dos compostos presentes na couve (*B. oleracea* var. *acephala*) são antioxidantes. Rakhecha *et al.*

(2022) verificaram que a nicotina isolada de *B. oleracea* possui atividade anti-inflamatória eficaz em doses baixas. Esse efeito foi também observado por Chatupos *et al.* (2024) com extrato de couve sendo mais eficaz que ibuprofeno em seus efeitos analgésicos e anti-inflamatórios em pós operatório odontológico em humanos. Aydin (2020) comprova a atividade antioxidante, antibacteriana e antifúngica da *B. oleracea* var. *acephala*. Em contrapartida, não foram encontrados relatos experimentais na literatura relacionados ao uso contra endoparasitoses de qualquer origem. Dessa forma, infere-se que a percepção de melhora relatada pelos informantes possa estar associada à redução de processos inflamatórios e desconfortos no trato digestório, e não necessariamente a uma ação vermífuga direta.

O quiabeiro (*Abelmoschus esculentus* L.) foi citado como vermífugo, sendo preparada a mucilagem do fruto batida e cozida em forma de chá, fornecida via oral. Guebebia *et al.* (2023) verificaram que os frutos, folhas e sementes do quiabo apresentam potenciais atividades imunomoduladoras, citotóxicas e bactericidas em peixes. Os autores Mahdavi; Javadivala; Ahmadian (2022) citam a *A. esculentus* L. como uma planta promissora, mas ainda sem confirmação em sua atividade anti-inflamatória. Em adicional, a literatura é escassa com relação a sua atividade antiparasitária, anti-helmíntica ou como tratamento para doenças parasitárias gastrointestinais. Entretanto, devido ao alto teor de mucilagem, um polissacarídeo viscoso com uso documentado na medicina tradicional contra irritação do estômago e intestinos (Dantas *et al.*, 2021) pode-se sugerir que o uso popular esteja focado na ação sintomática, não necessariamente como eliminador do parasita. A mucilagem atua como demulcente, formando uma camada protetora na mucosa gastrointestinal e ajudando a melhorar a consistência do bolo fecal, aliviando a diarreia ou o desconforto associado à presença de parasitas.

A chicória (*Eryngium foetidum* L.) foi citada em um tratamento contra endoparasitose, com quadro de diarreia, na qual foi feita associação com a folha do abacaxi sendo preparada a folha batida em forma de suco e administrada via oral. O estudo *in vivo* de Kouitcheu Mabeku *et al.* (2016) em camundongos, demonstrou efeitos antimicrobianos relevantes para distúrbios gastrointestinais associados à infecção. De acordo com Xavier (2022) os extratos das folhas mostraram ação de inibição de enzimas digestivas e atividade antioxidante, sugerindo que a planta pode influenciar em processos digestivos e motilidade intestinal em humanos.

A utilização do Mastruz (*Chenopodium ambrosioides* L.) e da Chicória (*Eryngium foetidum* L.) introduz um ponto de atenção crucial na aplicação da etnoveterinária: o risco de toxicidade intrínseco à ausência de padronização da dose. Embora a literatura valide a eficácia antiparasitária do *C. ambrosioides* e os efeitos antimicrobianos do *E. foetidum*, a margem de segurança dessas plantas é estreita. Estudos indicam que, apesar de o extrato aquoso de *C.*

ambrosioides possuir uma dose segura de até 2000 mg/kg (Kasali *et al.*, 2022), a utilização das folhas em doses altas e multiplicadas pode evoluir para quadros de neurotoxicidade, enterotoxicidade e toxicidade renal (Elhaddadi *et al.*, 2024). De forma semelhante, ensaios toxicológicos revelaram que o *E. foetidum* pode causar mortalidade em embriões de zebrafish em doses superiores a 0,625 mg/mL (Castro *et al.*, 2022). Uma vez que o preparo popular de "folha batida em forma de suco" resulta em concentrações variáveis e desconhecidas do princípio ativo, a dosagem imprecisa utilizada entre os informantes entrevistados exige cautela, reforçando a necessidade de validação científica das formas de preparo e dose para garantir a segurança dos animais.

4.3.2 Dermatopatias

A Andiroba (*Carapa guianensis*) foi citada por 33,33% dos participantes para 4 animais, sendo em 2 casos utilizada em associação com o óleo de copaíba. Seu uso foi ao todo na forma de óleo por via tópica na pele lesionada, visando cicatrização e prevenção de miíase através do afastamento de moscas. Foram citados casos onde havia secreção amarelada e alopecia. Em um dos casos onde foi citado uso em associação com a copaíba, foi realizado também administração do Spray Prata® e Lepecid®.

O uso do óleo de andiroba em processos cutâneos é abordado em diversos estudos da atualidade. Silva *et al.* (2023) destacam a ação cicatrizante, anti-inflamatória, antisséptica e antimicrobiana dos limonoides bioativos presentes na andiroba, que estimulam o reparo tecidual, modulam respostas imunes locais e controlam infecções superficiais, explicando a melhora dos animais tratados nos casos de secreção e perda de pelos mencionados. Adicionalmente, o estudo experimental realizado por Silva *et al.* (2015) mostrou efeito favorável em reparação tecidual intestinal em ratos. Além disso, seu uso como repelente está de acordo com o estudo de Lin *et al.* (2021), onde é verificado que a *C. guianensis* contém triterpenos com forte ação inseticida, atuando principalmente como antialimentares, tóxicos diretos e inibidores do crescimento de insetos, o que valida cientificamente o uso da planta para a prevenção de miíases por meio do afastamento de vetores.

A copaíba (*Copaifera* spp.) foi citada por 55,56% dos participantes como tratamento em 5 diferentes animais, sendo a maioria em situação de pele lesionada com intuito cicatricial e repelente, e em um dos casos, em um animal apresentando tosse. Seu uso foi em totalidade na forma de óleo/resina no local afetado. Em um dos casos havia também presença de secreção

purulenta, indicativo de infecção bacteriana secundária. Em um dos casos citados para lesão de pele, foi associada ao uso de medicação a base de Doramectina após o surgimento de miíase.

O potencial cicatrizante observado nos animais do estudo encontra respaldo em experimentos laboratoriais, como o de Corrêa *et al.* (2021), no qual ratos com lesões cutâneas tratados com óleo-resina de *C. reticulata* apresentaram redução de infiltrado inflamatório, além de mais rápida reepitelização. Os mesmos benefícios foram observados por Cansian *et al.* (2020) em lesões traumáticas em pele de suínos, com pomada a 20% de copaíba. Contudo, a segurança dessa prática deve ser analisada com cautela. O estudo de Souza *et al.* (2025) testou a toxicidade da oleorresina da espécie *Copaifera reticulata* Ducke na pele de ratas Wistars, onde constatou que quando utilizada *in natura* em doses consecutivas, pode ser corrosiva/irritante, sugerindo a necessidade de orientação técnica no uso dessa substância. Quanto ao caso de secreção purulenta relatado pelos tutores, a melhora clínica pode ser explicada pela ação em processos bacterianos mencionada por Mello *et al.* (2024) em tilápia do Nilo após suplementação oral, apresentando efeitos positivos.

Em um dos casos, o óleo foi administrado por via oral para o tratamento de tosse. De acordo com Yamaguchi e Garcia (2012), sua utilização etnofarmacológica para afecções respiratórias inclui a atuação como expectorante, antiasmático, no tratamento de bronquite, faringite, pneumonia e sinusite. Estudos experimentais em modelos animais com asma alérgica aguda (induzida por ovalbumina) demonstram que o óleo de Copaíba possui a capacidade de suprimir a inflamação diretamente nos pulmões, atuando na reepitelização do parênquima pulmonar e minimizando os danos celulares (Caputo *et al.*, 2020; Caputo *et al.*, 2024). Essa ação anti-inflamatória e regenerativa é fundamental para o alívio de sintomas como a tosse, que pode estar associada à irritação e inflamação das vias aéreas. A validação *in vitro* da biossegurança do óleo em células pulmonares também reforça a viabilidade do desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos inaláveis ou de administração sistêmica para uso respiratório (Rodrigues *et al.*, 2023). Entretanto, o informante relatou não ter obtido melhora clínica com esta aplicação, tendo utilizado o óleo apenas uma vez. Tal resultado negativo não invalida o potencial terapêutico, mas sim aponta para a imprecisão em relação à posologia da prática popular.

4.3.3 Acidente ofídico

A graviola-do-mato/ariticum (*Annona* spp.) foi citada por 22,22% informantes, nos casos de acidente ofídico. Os informantes relataram ser uma prática terapêutica utilizada sempre

que necessário e a bastante tempo em ambas as residências, sendo associada, apenas quando disponível, ao uso do soro antiofídico. O preparo seria através da folha macerada e fornecida via oral.

A citação dos nomes populares "graviola-do-mato" e "ariticum" se mostrou ambígua, referindo-se a diversas espécies do gênero *Annona*. Devido à ausência de identificação taxonômica, a espécie exata não pôde ser determinada. Na região da Mata Atlântica e no Nordeste brasileiro, o suco da fruta e o extrato aquoso das folhas da gravioleira são comumente utilizados para tratar o envenenamento, principalmente por serpentes como a Surucucu (*Lachesis muta rhombeata*) (Cremones, 2011; Lima *et al.*, 2021). Um estudo com comunidades ribeirinhas no Município de Afuá, no Pará, identificou a *Annona muricata* L. como uma das espécies vegetais utilizadas contra ofidismo em humanos, muitas vezes devido à dificuldade geográfica e econômica de acesso ao atendimento médico e ao soro antiofídico (Lima *et al.*, 2021). É mais provável que as propriedades benéficas, quando observadas, estejam relacionadas à sua ação anti-inflamatória, antioxidante e cicatrizante, propriedades atribuídas aos taninos e flavonoides da planta, que auxiliam a combater os efeitos locais do veneno (necrose, edema, inflamação) e as infecções secundárias, atuando como um tratamento complementar à soroterapia (Cremones, 2011).

O feijão branco (*Phaseolus vulgaris* L.) foi citado como uso associado à graviola-do-mato nos casos de acidente ofídico, sendo preparada a folha macerada e fornecida via oral. A faseolamina, principal composto bioativo do *P. vulgaris*, é amplamente reconhecida por sua ação como inibidor da alfa-amilase, conferindo-lhe propriedades hipoglicemiantes e de auxílio no controle de peso (Micheli *et al.*, 2019). Estudos em modelos murinos indicam que o extrato de *Phaseolus vulgaris* exerce um importante efeito protetor e anti-inflamatório intestinal, agindo na melhora da integridade da barreira cólica e na modulação da microbiota (Avagliano *et al.*, 2022), entretanto, não há relatos consistentes na literatura sobre efeito anti-ofídico ou neutralizante de veneno, mas pode-se sugerir que a ação anti-inflamatória intestinal seja uma tentativa de proteger a mucosa de efeitos secundários do veneno.

4.4 Limitações, percepção da doença e implicações sanitárias

A ausência de relatos de uso de fitoterápicos para gatos na etnoveterinária local, embora em uma amostra limitada, sugere a dinâmica particular da relação humano-felino em contextos rurais e a priorização do cuidado. O comportamento independente dos gatos, frequentemente mal interpretado, pode levar à negligência, como subestimar sinais clínicos e retardar a busca

por atendimento. Conforme Paixão e Machado (2015), essa percepção equivocada desconsidera a tendência da espécie em mascarar a dor e isolar-se, favorecendo a negligência de cuidados essenciais e contribuindo para a precarização contínua do bem-estar desses animais.

A percepção da doença é um ponto central na tomada de decisão terapêutica (Gomez *et al.*, 2012). Na presente pesquisa, houve relatos de participantes alegando ausência de enfermidades nos animais, embora tenham sido observados sinais como lesões de pele. Tais alterações, que podem decorrer da proximidade com a mata e práticas de caça, são vistos como consequências normais do ambiente de vida livre, e não como indicadores de morbidade. Este quadro revela, portanto, uma percepção cultural distinta sobre o que é considerado doença ou necessidade de intervenção.

O fato de haver baixa utilização de plantas medicinais em cães e gatos deve ser interpretado não apenas como uma fragmentação do saber tradicional, mas como um reflexo da relação estabelecida com os animais, do acesso limitado à educação em saúde animal e da consequente dificuldade de percepção da doença. Estudos apontam que a banalização de sinais clínicos é comum em comunidades com menor alfabetização sanitária, onde alterações sutis no comportamento ou na aparência dos animais não são reconhecidas como indicadores de enfermidade (Paixão e Machado, 2015). Da mesma forma, pesquisas em contextos rurais mostram que a ausência de conhecimento sobre manifestações precoces de doenças reduz a busca por qualquer tipo de intervenção, tradicional ou biomédica, reforçando padrões de negligência involuntária (Magalhães *et al.*, 2025).

A interpretação desses dados justifica sua relevância também através de uma perspectiva sanitária. A ausência de assistência formal em saúde animal no âmbito local, somada à baixa aplicação de tratamentos populares (fitoterápicos), leva à ocorrência de uma vulnerabilidade sistêmica que abrange tanto os animais quanto os seres humanos. O tratamento inadequado ou inexistente de enfermidades animais favorece a ocorrência e a disseminação de zoonoses, elevando o risco de saúde pública, o que evidencia a necessidade da atuação da medicina veterinária no controle de zoonoses em comunidades rurais da Amazônia (Magalhães *et al.*, 2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa confirmou que o saber etnoveterinário na comunidade é ativo e restrito, sendo praticado por 37,5% dos responsáveis por animais entrevistados, 16 tratamentos realizados predominantemente em cães e 9 espécies vegetais utilizadas, com alto consenso para Copaíba e Andiroba. A análise dos resultados revela que o uso da fitoterapia popular local é voltado principalmente para afecções como dermatopatias e supostas endoparasitoses, em animais na fase adulta. Essa concentração de uso, aliada à subestimação de sinais clínicos levanta importantes riscos sanitários a nível de saúde pública.

O estudo contribui ao documentar formalmente este repertório etnoveterinário regional. Sugere-se a realização de estudos voltados a validação farmacológica das espécies mais citadas e efeitos relacionados a toxicidade, além de ações de extensão a nível de educação em saúde veterinária.

6 REFERÊNCIAS

AHMED, M. et al. Ovicidal effect of ethanolic extracts of selected plants on eggs of liver flukes in vitro. **Helminthologia**, v. 61, n. 4, p. 300–307, 2024.

ALVES, G. B. **Práticas de cura e influência social de rezadores em comunidades tradicionais do Amazonas**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6055/2/TCC_GreycianeAlves.pdf. Acesso em: 28 set. 2025.

ANDRADE, Sanderley Emanuel Oliveira de; MARACAJÁ, Patrício Borges; SILVA, Rosilene Agra da; FREIRES, Glauciene Ferreira; PEREIRA, Auderlan de Macena. Estudo etnoveterinário de plantas medicinais na comunidade Várzea Comprida dos Oliveiras, Pombal, Paraíba, Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, 2012. Disponível em: <http://revista.gvaa.com.br>. Acesso em: 9 dez. 2025.

AVAGLIANO, C. et al. *Phaseolus vulgaris* extract improves high-fat diet-induced colonic barrier dysfunction and inflammation in mice by regulating peroxisome proliferator-activated receptor expression and butyrate levels. **Frontiers in Pharmacology**, v. 13, p. 930832, 2022. DOI: 10.3389/fphar.2022.930832.

AYDIN, S. Total phenolic content, antioxidant, antibacterial and antifungal activities, FT-IR analyses of *Brassica oleracea* L. var. *acephala* and *Ornithogalum umbellatum* L. **Genetika**, v. 52, n. 1, p. 229-244, 2020. DOI: <https://doi.org/10.2298/GENSR2001229A>.

BARBOSA, J. M. M. M. **Uma abordagem da fitoterapia na medicina veterinária**. 2011. 41 f. Monografia (Medicina Veterinária) – Universidade Federal de Campina Grande, Patos, 2011.

BATISTA, C. A. B. **Caracterização antifúngica, antibactericida e de ácidos graxos do óleo de andiroba (*Carapa guianensis* Aublet) com ênfase na utilização para regeneração tecidual em feridas de animais de pequeno porte: uma alternativa fitoterápica**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Medicina Veterinária) – Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, Sousa, 2024.

BATISTA, F. T. et al. O uso de plantas medicinais na medicina veterinária – riscos e benefícios. **Revista Científica do Curso de Medicina Veterinária**, v. 4, n. 2, p. 62–74, 2017.

BOLZAN, T. C. A. et al. Prospecção de extratos vegetais como coadjuvantes de higiene bucal em cães raça Labrador Retriever. **Pubvet – Revista Científica de Medicina Veterinária**, Teresina, v. 14, n. 12, art. a717, p. 1–8, dez. 2020.

BORRELLI, F. et al. Inhibitory effects of bromelain, a cysteine protease derived from pineapple stem (*Ananas comosus*), on intestinal motility in mice. **Neurogastroenterology & Motility**, v. 23, n. 7, p. 667–673, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2982.2011.01735.x>.

BRAGA, J. C. B.; SILVA, L. R. Consumption of medicinal plants and herbal medicines in Brazil: consumer profile and its relationship with the COVID-19 pandemic. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 3831–3839, jan./fev. 2021.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira**. Brasília: Anvisa, 2011. 126 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Proposta de Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CANSIAN, J. A. et al. Efeito da pomada de copaíba 20% em lesões traumáticas na derme de suínos. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 12, e5094, 2020. DOI: 10.25248/reas.e5094.2020.

CAPUTO, L. S. et al. Copaiba oil minimizes inflammation and promotes parenchyma re-epithelialization in ovalbumin-induced acute allergic asthma models in BALB/c mice. **Frontiers in Pharmacology**, Lausanne, v. 15, p. 1356598, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fphar.2024.1356598>. Acesso em: 7 dez. 2025.

CAPUTO, L. S. et al. Copaiba oil suppresses inflammation in asthmatic lungs of ovalbumin-induced BALB/c mice. **International Immunopharmacology**, Amsterdam, v. 80, p. 106177, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.intimp.2019.106177>. Acesso em: 7 dez. 2025.

CARVALHO, D. S. **Preservação dos saberes tradicionais de plantas medicinais no assentamento São Francisco, Canutama, Amazonas**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, 2019.

CASTRO, T. F. D. et al. The toxicological effects of *Eryngium foetidum* extracts on zebrafish embryos and larvae depend on the type of extract, dose, and exposure time. **Toxicological Research (Cambridge)**, v. 11, n. 5, p. 891-899, 2022. DOI: 10.1093/toxres/tfac067. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/toxres/tfac067>. Acesso em: 14 nov. 2025.

CHATUPOS, V. et al. Comparison of analgesic and anti-inflammatory effects of kale extract versus ibuprofen after surgical removal of impacted mandibular third molars: a randomized, double-blind, split-mouth clinical trial. **Nutrients**, v. 16, n. 22, 3821, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/nu16223821>.

COLET, C. F. et al. Análises das embalagens de plantas medicinais comercializadas em farmácias e drogarias do município de Ijuí/RS. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v. 17, n. 2, p. 331–339, jun. 2015.

CONCEIÇÃO, B. C. da et al. Amazonian Plants: A Global Bibliometric Approach to *Petiveria alliacea* L. Pharmacological and Toxicological Properties. **Plants**, v. 12, n. 18, 3343, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/plants12183343>.

- CORRÊA, J. M. X. et al. Tratamento de ferida cirúrgica cutânea em ratos com óleo-resina de copaíba (*Copaifera reticulata*). **Revista Brasileira de Ciência Veterinária**, v. 28, n. 4, p. 184-189, out./dez. 2021.
- COSTA, M. M. et al. Epidemiologia, caracterização molecular e resistência a antimicrobianos de *Escherichia coli* isolada de rebanhos suínos do Sul do Brasil. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 65–70, 2006.
- CREMONEZ, C. M. **Estudo da ação antiofídica do extrato das folhas e do suco de graviola (*Annona muricata*) no envenenamento....** 2011. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- DANTAS, T. L. et al. Quiabo (*Abelmoschus esculentus* L.) como uma potencial fonte funcional de alimento para mucilagem e compostos bioativos, com aplicações tecnológicas e benefícios à saúde. **Vegetação**, v. 10, n. 8, p. 1683, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/plants10081683>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- DOMINGUES, L. F. et al. Avaliação *in vitro* e *in vivo* da atividade do abacaxi (*Ananas comosus*) em *Haemonchus contortus* em ovelhas de Santa Inês. **Veterinary Parasitology**, v. 197, n. 1-2, p. 263-271, 2013. DOI: 10.1016/j.vetpar.2013.04.031.
- ELHADDADI, H. et al. A fatal case report of *Chenopodium ambrosioides* L. (M'khinza) intoxication. **Cureus**, v. 16, n. 5, e60351, 2024. DOI: 10.7759/cureus.60351.
- EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. **Plantas medicinais utilizadas na medicina etnoveterinária praticada na Ilha do Marajó**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2012. 33 p. (Documentos, n. 380).
- ENIOUTINA, E. Y. et al. Herbal Medicines: challenges in the modern world. Part 5. status and current directions of complementary and alternative herbal medicine worldwide. **Expert Review of Clinical Pharmacology**, London, v. 10, n. 3, p. 327–338, mar. 2017.
- FERNANDES, C. C. et al. Scientific Research for Amazonia: A Review on Key Trends and Gaps. **Conservation**, v. 5, n. 3, 35, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/conservation5030035>.
- FIRMO, W. C. A. et al. Contexto histórico, uso popular e concepção científica sobre plantas medicinais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 18, p. 90–95, 2012.
- FONSECA, A. S. A. et al. Efeitos do óleo de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) no sistema imunológico na inflamação e cicatrização de feridas: uma revisão abrangente. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 318, p. 117034, jan. 2024.
- GOMES, N. S.; LIMA, J. P. S. Uso e comercialização de plantas medicinais em Humaitá, Amazonas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 12, n. 1, p. 19-31, 2017.
- GOMEZ, P. F.; GUTIÉRREZ, M. G. R.; MOREIRA, R. S. L. Percepção da doença: uma avaliação a ser realizada pelos enfermeiros. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 65, n. 1, p. 151-155, jan./fev. 2012.

GONÇALVES, J. R. F. et al. Use and utility redundancy of medicinal plants in ethnoveterinary medicine by local populations of the Brazilian Caatinga. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 1–16, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13002-025-00762-8>. Acesso em: 7 jun. 2025.

GUEBEBIA, S. et al. Effects of leaves, fruits and seed extracts of okra (*Abelmoschus esculentus* L.) on European seabass (*Dicentrarchus labrax*) leucocytes, and their cytotoxic, bactericidal and antioxidant properties. **Fish & Shellfish Immunology**, v. 138, p. 108799, 2023. DOI: 10.1016/j.fsi.2023.108799.

HARAGUCHI, L. M. M.; CARVALHO, O. B. Plantas medicinais. In: **Plantas medicinais do curso de plantas medicinais**. [S.l.: s.n.], 2010.

KANSAKAR, U. et al. Explorando o potencial terapêutico da bromelaína: aplicações, Benefícios e mecanismos. **Nutrients**, v. 16, n. 13, 2060, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/nu16132060>.

KASALI, F. M. et al. Effects of oral administration of aqueous and methanolic extracts of *Chenopodium ambrosioides* L. (*Amaranthaceae*) leaves on blood glucose levels in Wistar rats. **Journal of Experimental Pharmacology**, v. 14, p. 347-358, 2022. DOI: 10.2147/JEP.S356564.

KOUITCHEU MABEKU, L. B. et al. *In vitro* and *in vivo* anti-*Helicobacter* activities of *Eryngium foetidum* (Apiaceae), *Bidens pilosa* (Asteraceae), and *Galinsoga ciliata* (Asteraceae) against *Helicobacter pylori*. **Biomedical Research International**, v. 2016, p. 1-10, 2016. DOI: 10.1155/2016/2171032.

LAMEIRA, O. A. **Plantas medicinais amazônicas: contribuição da Embrapa**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2018.

LEMOS, M. et al. Atividade gastroprotetora do extrato hidroalcoólico obtido das folhas de *Brassica oleracea* var. *acephala* DC em diferentes modelos animais. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 138, n. 2, p. 503-507, 2011. DOI: 10.1016/j.jep.2011.09.046.

LIMA, D. P. et al. Acidente ofídico: plantas medicinais e práticas culturais de uma comunidade ribeirinha da Amazônia. **International Journal of Development Research**, v. 11, n. 8, p. 48772–48778, 2021.

LIN, M. et al. Insecticidal triterpenes in Meliaceae: plant species, molecules and activities: Parte I (*Aphanamixis-Chukrasia*). **International Journal of Molecular Sciences**, v. 22, n. 24, p. 13262, 2021. DOI: 10.3390/ijms222413262. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijms222413262>. Acesso em: 28 nov. 2025.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. de; FRANCISCO, J. M. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas**. Vol. 1. 1. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.

MACHADO, H. L. et al. Research and extension activities in herbal medicine developed by Rede FitoCerrado: rational use of medicinal plants by the elderly in Uberlândia-MG. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu, v. 16, n. 3, p. 527–533, jul./set. 2014.

MAGALHÃES, A. J. B. et al. Zoonoses e saúde pública: o papel do médico veterinário no controle de zoonoses emergentes em comunidades ribeirinhas do município de Portel, Ilha do Marajó, Estado do Pará. **Advances in Veterinary Medicine: Animal Health**, 2. ed., 2025. DOI: 10.56238/edimacto2025.043-005.

MAHDAVI, A. M.; JAVADIVALA, Z.; AHMADIAN, E. Effects of okra (*Abelmoschus esculentus* L.) on inflammatory mediators: a systematic review of preclinical studies. **Food & Function**, v. 13, n. 6, p. 3159-3169, 2022. DOI: 10.1039/d1fo03915f.

MCCORKLE, C. M. Uma introdução à pesquisa e desenvolvimento etnoveterinário. **Journal of Ethnobiology**, v. 6, p. 129–149, 1986.

MELLO, N. P. de et al. Atividade bactericida do óleo de copaíba e seus efeitos na saúde e desempenho zootécnico da tilápia do Nilo após suplementação oral. **Relatórios Científicos**, v. 14, art. 17405, 2024.

MELO, S. C. et al. Os marcos legais das políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, v. 23, n. 3, p. 597-622, 2020.

MENDONÇA, A. M. G.; FERRAZ, I. D. K. Óleo de andiroba: processo tradicional da extração, uso e aspectos sociais no Estado do Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, v. 37, n. 3, p. 353-364, 2007.

MICHELI, L. et al. *Phaseolus vulgaris* L. extract α -amylase inhibition against metabolic syndrome in mice. **Nutrients**, v. 11, n. 8, p. 1778, 2019. DOI: 10.3390/nu11081778.

MONTEIRO, M. V. B. et al. Ethnoveterinary knowledge of the inhabitants of Marajó Island, Eastern Amazonia, Brazil. **Acta Amazonica**, v. 41, n. 2, p. 233-242, 2011. DOI: 10.1590/S0044-59672011000200007.

MONTEIRO, M. V. B. et al. **Plantas medicinais utilizadas na medicina etnoveterinária praticada na Ilha do Marajó**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2012. 33 p. (Documentos / Embrapa Amazônia Oriental, n. 380).

NASCIMENTO, G. M. et al. Estudo do uso de plantas medicinais na medicina veterinária em plataformas virtuais. **Pubvet – Revista Científica de Medicina Veterinária**, v. 15, n. 4, art. a789, p. 1–13, abr. 2021.

NÓBREGA, A. L. et al. A importância da orientação dos profissionais das equipes de saúde da família acerca do uso da fitoterapia. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 43–48, 2017.

OLIVEIRA, R. L. C. de et al. Conhecimento tradicional e usos de copaíba pela comunidade Makuxi Darora na Savana de Roraima. **Gaia Scientia**, v. 13, n. 2, 2019.

ORTEGA-HERNÁNDEZ, E.; ANTUNES-RICARDO, M.; JACOBO-VELÁZQUEZ, D. A. Melhorando os benefícios para a saúde da couve (*Brassica oleracea* L. var. *acephala* DC) por meio da aplicação de estresses abióticos controlados: uma revisão. **Vegetação**, v. 10, n. 12, p. 2629, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/plants10122629>.

PAIXÃO, R. L.; MACHADO, J. C. Conexões entre comportamento de gatos domésticos e casos de maus-tratos, abandono e não adoção. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 10, n. 20, p. 138–153, 2015.

PEDROSO, R. S.; ANDRADE, G.; PIRES, R. H. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e310218, 2021.

PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, p. 94-111, 2013.

PORTO GRANDE (Amapá). Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Participativo do Município de Porto Grande, Estado do Amapá**: Diagnóstico das condicionantes, deficiências e potencialidades municipais; propostas e ações. Porto Grande, AP: Prefeitura Municipal, abr. 2013.

PORTO GRANDE (AP). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação: 2015-2025**. Porto Grande, AP: SEMED, 2015.

RAKHECHA, B. et al. Anti-inflammatory activity of nicotine isolated from *Brassica oleracea* in rheumatoid arthritis. **Bioscience Reports**, v. 42, n. 4, eBSR20211392, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1042/BSR20211392>.

RIBEIRO, L. H. L. Análise dos programas de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) sob a perspectiva territorial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 5, p. 1733–1742, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018245.15842017>.

RÍOS, C. E. P. et al. *Chenopodium ambrosioides* L. enhances phagocytic activity and reduces bacterial growth and the systemic inflammatory response in cecal ligation and puncture–induced sepsis. **Frontiers in Microbiology**, v. 8, p. 148, 2017. DOI: 10.3389/fmicb.2017.00148. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fmicb.2017.00148>. Acesso em: 28 nov. 2025.

RITTER, R. A. et al. Ethnoveterinary knowledge and practices at Colares Island, Pará state, eastern Amazon, Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 144, n. 2, p. 346–352, nov. 2012. DOI: <10.1016/j.jep.2012.09.018>.

ROCHA, L. P. B. da et al. Uso de plantas medicinais: histórico e relevância. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 10, n. 10, e44101018282, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18282>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18282>. Acesso em: 21 jul. 2025.

RODRIGUES, J. G. M. et al. The immunomodulatory activity of *Chenopodium ambrosioides* reduces the parasite burden and hepatic granulomatous inflammation in *Schistosoma mansoni*-infection. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 264, 113287, 2021. DOI: 10.1016/j.jep.2020.113287.

RODRIGUES, R. C.; SOUZA, J. B. B. Utilização do óleo de copaíba no tratamento e cicatrização de lesões. **Revista Interdisciplinar de Ciências Médicas – Anais**, [S.l.], 2017.

RODRIGUES, V. M. et al. Polymeric nanocapsules loaded with Copaiba oil: Production and *in vitro* biosafety evaluation in lung cells as pre-formulation step to produce phytomedicines. **Pharmaceutics**, Basel, v. 15, n. 1, p. 161, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/pharmaceutics15010161>. Acesso em: 7 dez. 2025.

ROSETO-GÓMEZ, C. A.; ZAMBRANO, M. L.; GARCÍA, K. E.; VIRACOCCHA, L. A. Nomenclatura y usos del culantro de monte (*Eryngium foetidum* L.) na comunidade San Antonio de Padua, cantón Quinsaloma, Provincia de Los Ríos—Equador. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, v. 19, n. 3, p. 334-343, 2020.

SANTOS, F. S. Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/shvPCndDNbC48RBj8L45nXN/>. Acesso em: 28 set. 2025.

SAS INSTITUTE INC. SAS OnDemand for Academics. Versão 4.1. Cary, NC: SAS Institute Inc., 2024. Disponível em: <https://welcome.oda.sas.com/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

SCHONS, S. V. et al. Conhecimento etnoveterinária dos produtores rurais dos municípios de Cacoal e Espigão D'Oeste/Rondônia. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.4, p.432-440, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.004.0036>.

SILVA, C. E. S. et al. Efeito do *Carapa guianensis* Aublet (Andiroba) e *Orbignya phalerata* (Babassu) na cicatrização do cólon em ratos. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 42, n. 6, p. 399-406, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-69912015006009>.

SILVA, A. C.; LOBATO, F. H. S.; RAVENA-CANETE, V. Plantas medicinais e seus usos em um quilombo amazônico: o caso da comunidade Quilombola do Abacatal, Ananindeua. **Revista do NUFEN**, v. 11, n. 3, p. 113-136, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.nº03artigo6>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SILVA, J. G. et al. Are medicinal plants an alternative to the use of synthetic pharmaceuticals in animal healthcare in the Brazilian semi-arid? **Ethnobotany Research & Applications**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–20, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.32859/era.19.02.1-20>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SILVA, J. S. Memórias botânicas de um raizeiro: manutenção do saber tradicional em comunidades amazônicas. **Research, Society and Development**, [S.l.], 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/28216/24607/327463>. Acesso em: 28 set. 2025.

SILVA, J. S. et al. Comportamento de preços de hortaliças folhosas na região metropolitana de Belém. **Enciclopédia Biosfera**, v. 14, n. 26, p. 206-213, 2017. DOI: 10.18677/EnciBio_2017B18.

SILVA, V. P. da et al. Bioactive limonoids from *Carapa guianensis* seeds oil and the sustainable use of its by-products. **Current Research in Toxicology**, v. 4, p. 100104, 2023. DOI: 10.1016/j.crttox.2023.100104. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.crttox.2023.100104>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SILVA, V. S.; ORLANDELLI, R. C. Desenvolvimento de Alimentos Funcionais nos Últimos Anos: Uma Revisão. **Revista Uningá**, v. 56, n. 2, p. 182–194, 2019.

SILVA, Z. G.; LEONE, F. R.; CELLA, W. Conhecimento etnobotânico sobre plantas medicinais, utilizadas por moradores de uma cidade ribeirinha no interior do estado do Amazonas, Brasil. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 77-85, 2022.

SOUSA, C. A. et al. O uso de óleos essenciais no tratamento da malassezíase de cães e gatos: revisão. **Pubvet – Revista Científica de Medicina Veterinária**, Teresina, v. 15, n. 2, art. a751, p. 1–11, fev. 2021. DOI: <10.31533/pubvet.v15n2a751.1-11>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SOUZA, E. F.; LIMA, G. R. Açaí: Propriedades Nutricionais e Funcionais. **Revista de Alimentos e Nutrição**, v. 30, n. 2, p. 123-134, 2019.

SOUZA, K. L. de et al. Avaliação da toxicidade da oleoresina de copaíba (*Copaifera reticulata* Ducke) *in natura* e em pomada na pele de ratas Wistar. **Acta Biologica Brasiliensia**, v. 8, n. 1, 2025. ISSN 2596-0016.

TAVARES, Mário Hudson de Aquino. **Plantas medicinais usadas pelos proprietários de cães atendidos no Hospital Veterinário da UFCG**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural, Unidade Acadêmica de Medicina Veterinária, Patos, 2016.

TEIXEIRA, V. H. S. et al. Plantas medicinais na etnoveterinária no Brasil – artigo de revisão. **Anclivepa**, v. 42, p. 926–930, 2015.

VARILLA, C.; MARCONE, M.; PAIVA, L.; BAPTISTA, J. Bromelaína, um grupo de enzimas proteolíticas complexas do abacaxi (*Ananas comosus*) e seus possíveis efeitos terapêuticos e clínicos. Um resumo. **Foods**, v. 10, n. 10, 2249, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/alimentos10102249>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO global report on traditional and complementary medicine 2019**. Geneva: World Health Organization, 2019.

XAVIER, J. O. L. **Investigação dos efeitos inibitórios de *Eryngium foetidum*, (E)-2-dodecenal e arbutina frente a mecanismos oxidativos e enzimas digestivas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. DOI: 10.34019/ufjf/di/2022/00030. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13957>. Acesso em: 28 nov. 2025.

ZAMILPA, U. et al. *In vitro* nematocidal effect of *Chenopodium ambrosioides* and *Castela tortuosa* n-hexane extracts against *Haemonchus contortus* (Nematoda) and their anthelmintic effect in gerbils. **Journal of Helminthology**, v. 93, n. 4, p. 434-439, 2019. DOI: 10.1017/S0022149X18000433.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Resolução 510/2016 CNS

IFAP

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “**O uso de plantas medicinais em cães e gatos de comunidade rural no município de Porto Grande-AP**”, desenvolvido pela discente de Graduação em Medicina Veterinária, do Instituto Federal do Amapá (IFAP), Elaine de Paula Vilhena dos Santos (e-mail: elaine.de.paula.ap@gmail.com) e sua orientadora Clara Andrielem Baia Batista (e-mail: clara.batista@ifap.edu.br).

O objetivo deste projeto é investigar o uso de plantas medicinais na medicina veterinária popular praticada por tutores de cães e gatos em comunidades rurais, considerando os fatores socioculturais envolvidos e comparando com dados da literatura científica.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário, contendo perguntas relacionadas à caracterização pessoal, uso de plantas medicinais em animais e percepções quanto aos resultados obtidos. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, e seu nome não será divulgado em nenhuma fase da pesquisa. Caso seja necessário exemplificar alguma situação, sua identidade será preservada.

O preenchimento do questionário não oferece riscos diretos, embora algumas perguntas possam causar leve desconforto ou cansaço. Caso isso ocorra, o(a) senhor(a) tem o direito de não responder a quaisquer perguntas que não desejar, bem como interromper a entrevista a qualquer momento.

Sua participação é voluntária e o(a) senhor(a) poderá recusar-se total ou parcialmente, sem sofrer qualquer prejuízo, especialmente no que se refere ao atendimento por parte desta instituição.

Entre os benefícios da sua participação, destaca-se a valorização dos saberes populares e o apoio à compreensão das práticas etnoveterinárias, contribuindo potencialmente para futuras ações na área da saúde animal e saúde pública. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente da sua participação na pesquisa, você poderá buscar indenização obedecendo as disposições legais vigentes no Brasil.

O (a) senhor (a) receberá uma via deste termo, de igual teor, rubricada por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e endereço para contato. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento através dos telefones: (96) 991113495 ou (96) 981133567, ou pelo endereço: Rodovia BR 210 – Km 103, s/n, bairro Zona Rural – Porto Grande/AP.

Desde já, agradecemos pela sua colaboração!

Declaração de Consentimento

Eu, _____ (nome por extenso) declaro que li, compreendi e fui esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa. Estou ciente de que posso me recusar a participar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Concordo voluntariamente em participar do projeto de pesquisa intitulado “O uso de plantas medicinais em cães e gatos de comunidade rural no município de Porto Grande-AP”.

Porto Grande, _____ de _____ de 2025.

Telefone:

E-mail:

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Nº do questionário: _____

1 RESPONSÁVEL

Sexo: () Masculino () Feminino

Grau de escolaridade:

Idade: _____

() Analfabeto

Profissão: _____

() Ensino Fundamental Incompleto

Renda familiar *per capita*:

() Ensino Fundamental Completo

() < 1 Salário mínimo

() Ensino Superior Incompleto

() 1 Salário mínimo

() Ensino Médio Completo

() 2 Salários mínimos

() Ensino Médio Incompleto

() 3 Salários mínimos

() Ensino Superior Completo

() > 3 Salários mínimos

2 PLANTA

Tem conhecimento sobre benefícios do uso de plantas medicinais? Onde adquiriu esse conhecimento? (cultural, familiar, ouviu falar, internet)

Usa ou já usou planta medicinal em seus animais de companhia? () Sim () Não

Por que não? Por que sim? (Por que não optou por algum fármaco, etc.)

Se sim, qual planta utilizou e como utilizou? (Qual parte da planta usou, como preparou, como administrou)

Qual a procedência da planta? (Onde colheu, se comprou)

Quantas vezes ou por quanto tempo utilizou?

Associou ao uso de algum fármaco/medicamento? () Sim () Não

Qual? _____

3 ANIMAL

() Cachorro () Gato

Sexo () Macho () Fêmea

Raça _____

Idade _____

Sinais clínicos _____

Apresentou melhora? () Sim () Não

Apresentou algum efeito indesejado? () Sim () Não

Qual? _____

Usaria novamente? () Sim () Não

OBSERVAÇÕES

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM CÃES E GATOS DE COMUNIDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE-AP

Pesquisador: CLARA ANDRIELEM BAIA BATISTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91592425.0.0000.0211

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.884.518

Apresentação do Projeto:

O projeto propõe investigar práticas etnoveterinárias em áreas rurais da Amazônia, buscando compreender os fatores socioculturais que influenciam o uso de plantas medicinais no cuidado de animais de companhia. A pesquisa, de caráter exploratório-descritivo, será conduzida por meio da aplicação de questionários semiestruturados a tutores de cães e gatos residentes na Colônia Agrícola do Matapi, município de Porto Grande, Amapá. A proposta justifica-se pela relevância científica e social do tema, especialmente diante da escassez de dados sistematizados sobre fitoterapia veterinária em comunidades rurais.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar a existência e extensão do uso terapêutico de plantas medicinais no tratamento de cães e gatos em comunidades rurais, relacionando fatores socioculturais e comparando o saber popular com dados da literatura científica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: O estudo é classificado como de risco mínimo. Entre os riscos potenciais estão desconforto, cansaço ou constrangimento durante a entrevista/questionário, além de possível incômodo em relatar práticas pessoais relacionadas ao uso de plantas medicinais em animais. Tais riscos serão minimizados com a participação voluntária, possibilidade de interrupção a qualquer momento, garantia de anonimato e preservação da confidencialidade das

Endereço: Rua Tiradentes, 284 Centro | CEP: 68900-098 Macapá - AP

Bairro: Centro

CEP: 68.902-865

UF: AP

Município: MACAPA

Telefone: (96)9911-6981

E-mail: cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 7.884.518

informações.

Benefícios: Entre os benefícios destacam-se a valorização dos saberes tradicionais, a ampliação do conhecimento científico sobre etnoveterinária, a potencial contribuição para futuras estratégias em saúde animal e saúde pública, e a promoção do uso mais seguro e sustentável das plantas medicinais

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto encontra-se alinhado às diretrizes éticas vigentes (Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os documentos obrigatórios, incluindo TCLE e roteiro de entrevista.

Recomendações:

Deve-se ter atenção em relação ao cronograma de execução do projeto. Revisar o cronograma de execução, pois a coleta de dados não poderá ter sido realizada antes da aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Além do cronograma, que está parcialmente adequado, não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2610802.pdf	26/08/2025 09:03:15		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Pre_projeto_de_TCC__ELAINE.pdf	26/08/2025 09:02:16	CLARA ANDRIELEM BAIA BATISTA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_ELAINE_assinado.pdf	26/08/2025 08:59:15	CLARA ANDRIELEM BAIA BATISTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_elaine.pdf	21/08/2025 20:22:21	CLARA ANDRIELEM BAIA BATISTA	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA_29.pdf	21/08/2025 19:49:55	CLARA ANDRIELEM BAIA BATISTA	Aceito

Endereço: Rua Tiradentes, 284 Centro | CEP: 68900-098 Macapá - AP

Bairro: Centro

CEP: 68.902-865

UF: AP

Município: MACAPA

Telefone: (96)9911-6981

E-mail: cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 7.884.518

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 06 de Outubro de 2025

Assinado por:
ANGELA DO CEU UBAIARA BRITO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Tiradentes, 284 Centro | CEP: 68900-098 Macapá - AP

Bairro: Centro

CEP: 68.902-865

UF: AP

Município: MACAPA

Telefone: (96)9911-6981

E-mail: cep@ueap.edu.br